

Visão APSEF

Edição Nº 23 - Dezembro de 2014

A revista que acompanha você



PREPAREM OS BOLSOS

2015

ESTÁ CHEGANDO

Brasileiros vão pagar
caro pela gastança e
pela irresponsabilidade
fiscal do governo

ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
PROLONGA A VIDA

SAÚDE PÚBLICA NÃO
DÁ ATENÇÃO AO IDOSO

CONHEÇA O RESULTADO DO
CONCURSO DE POESIAS

NESTA EDIÇÃO



03 **EDITORIAL**
Que venha o ano novo!

04 **ENTREVISTA**
Mais quatro anos de aperto para o servidor público

08 **ESPECIAL**
Hora de pagar a conta

12 **POLÍTICA**
A polêmica que promete agitar a reforma política

16 **SERVIÇO PÚBLICO**
Aprovada isonomia do provento de aposentadoria por invalidez

24 **FIQUE LIGADO**
Parcela decorrente de ganho em ação judicial deve ser incluída na declaração anual do imposto de renda

26 **LONGEVIDADE**
Qualidade de vida servida à mesa

28 **SAÚDE**
Brasil envelhece sem dar atenção à saúde do idoso

32 **LAZER**
A Veneza brasileira

35 **ARTIGO**
Te cuida, Brasil!

36 **POESIAS**
Conheça o resultado do Concurso de Poesias

38 **ARTIGO**
As obrigações do governo eleito

Uma publicação da



Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal

Presidente
Maria Cecília Soares da Silva Landim

Vice-Presidente de Administração, Finanças e Patrimônio
Margarida Maria Gonzaga Pereira

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos
Priscila Maria Lima Hipólito

Ano 7 | Nº 23 | Dezembro de 2014

Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais
Vera Regina da Silva Massena

Vice-Presidente de Assuntos Sócio-Culturais
Carmem Camilo

Conselho Fiscal
Arthur Oscar Franco de Sá
Maria Alves Figueiredo
Maria Eduvirgem Simas Pereira

Endereço:
SCN Qd. 01, Bloco F, Nº 79,
Salas 1211/1213
Edifício América Office Tower
Brasília / DF
CEP: 70.711-905

Telefone:
0800 602 7171

E-mail: presidencia@apsef.org.br

Site: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

Diretor de redação
Francisco Amorim

Editor-chefe:
Washington Sidney

Subeditora: **Carla Lisboa**
Editor de arte/finalização:
Elton Mark

Conselho Editorial:
Maria Cecília Landim
Edson Teramatsu
Francisco Amorim
Washington Sidney
Luiz Soares

Impressão:
Qualitá Gráfica e Editora

Que venha o ano novo!

Chegamos ao final de 2014 com forte desejo de mudanças. O ano que se encerra foi difícil para os brasileiros, em especial para nós, servidores públicos ativos e inativos – como sempre relegados a segundo plano nas prioridades do governo. Sentimos no bolso a inflação, sem que nossos salários acompanhassem a escalada dos preços. E assistimos a desmandos inaceitáveis, como a gastança desmedida de dinheiro público (nossos impostos) e a incompetência que paralisou o país. Tudo isso acompanhado de escândalos de corrupção que, para nossa vergonha, repercutem lá fora.

O aumento das taxas de juros e o reajuste dos combustíveis e da energia elétrica logo após o encerramento das eleições deram uma prévia do que vem por aí: 2015 será um ano de sacrifício para a sociedade. O que significa contenção de despesas e medidas amargas para cobrir o rombo nas contas públicas. Nesta edição da revista *Visão APSEF*, nossos leitores compreenderão como o ajuste fiscal afetará suas vidas, conhecerão a herança que a presidente Dilma deixou para ela mesma e saberão o que esperar do segundo mandato. “Serão quatro anos de aperto para o servidor público”, prevê o cientista político Paulo Kramer, em entrevista exclusiva.

Trazemos também uma matéria especial sobre a reeleição, instrumento criado com o propósito de garantir a estabilidade econômica e que, com o tempo, transformou-se no elemento propulsor de toda a corrupção que hoje tem como pano de fundo o sistema eleitoral brasileiro. O instituto da reeleição, que em países como os Estados Unidos funciona como um mecanismo capaz de garantir a continuidade de obras e políticas públicas, no Brasil representa hoje a garantia de execução de projetos de poder de grupos politicamente organizados, impedindo a legitimação de um dos princípios básicos da democracia: a alternância no poder.

Mas também temos boas notícias. E a melhor delas é a aprovação em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional que estabelece o pagamento do salário integral aos funcionários públicos que se aposentaram por invalidez – ou que venham a se aposentar

por esse motivo –, desde que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003. A PEC, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), segue para o Senado e, depois, para sanção da presidente Dilma Rousseff. Foi, na definição da deputada, um presente de Natal antecipado para os servidores e a reparação de uma injustiça com a categoria.

Nossos leitores vão conhecer a realidade dramática vivida pelas pessoas da terceira idade. Apesar dos avanços institucionais, da criação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária e da constatação de que o Brasil está envelhecendo, os idosos padecem com a falta de atendimento e de acompanhamento adequado na área de saúde. As famílias com condições financeiras contratam cuidadores. Sem outra opção, as demais recorrem aos asilos, verdadeiros depósitos de idosos. Experiência pioneira realizada em São Paulo, com a criação de um programa de acompanhamento de idosos, está mudando a lógica da assistência à saúde da terceira idade.

Embora inevitável, o envelhecimento pode ser retardado por meio de uma boa alimentação. Lazer, cultura e entretenimento também são essenciais para a qualidade de vida de quem entra na terceira idade. Pensando nisso, apresentamos aos nossos leitores alimentos saudáveis e uma bela opção de turismo: Recife, uma das cidades mais antigas do Brasil. Culturalmente efervescente, com uma culinária capaz de agradar os paladares mais refinados, Recife oferece aos visitantes praias exuberantes, um dos museus mais famosos do mundo e a alegria contagiante de sua gente.

Um ano novo se aproxima e com ele a certeza de que a APSEF continuará vigilante buscando a defesa de seus associados como servidores públicos e como cidadãos, com o apoio de seus colaboradores e a participação de todos que mantêm a nossa entidade.

Boa leitura!

Maria Cecília Soares Landim
Presidente da APSEF

Mais quatro anos de aperto para o servidor público

Aposentados vão enfrentar dificuldades no novo governo de Dilma. É o que prevê o cientista político Paulo Kramer

► Washington Sidney

CARLA LISBOA



O segundo mandato de Dilma Rousseff será um inferno para aposentados do serviço público e da iniciativa privada. Os inativos continuarão a sofrer com a contribuição e com o fator previdenciário. “Vai se perpetuar a covardia que já se pratica contra os aposentados e que a gente conhece”. É o que prevê o cientista político Paulo Kramer. Segundo ele, ao contrário da boa fase que o país viveu nos governos de Lula, teremos um período de dificuldades financeiras. E Dilma terá o desafio de fazer o país voltar a crescer. Se isso não ocorrer e a vida das pessoas não melhorar, a presidente perderá o apoio do PT e poderá enfrentar novas manifestações populares, como as do ano passado. O quadro atual não é nada animador. O novo governo começa à sombra das investigações do escândalo da Petrobras e Dilma poderá ficar marcada como péssima administradora. Consciente da necessidade de recuperar a credibilidade e de melhorar sua relação com o Congresso, a presidente reeleita monta uma equipe econômica que agrada o mercado e faz concessões aos parlamentares no Orçamento. Confirma nessa entrevista o que podemos esperar do novo governo.

Como o senhor vê o novo mandato da presidente Dilma Rousseff?

KRAMER – Vejo um mandato cheio de desafios. Tanto mais porque a Dilma é uma pessoa de relacionamento difícil, temperamento imperioso, mas ela já deve ter percebido o tamanho do desafio. Coisas que fez recentemente mostram a tentativa dela de recuperar o terreno político perdido. Não só no seu relacionamento com o Congresso, mas com os setores mais importantes e decisivos da opinião pública. Está indicando uma nova equipe econômica que agrada o mercado pelos mesmos motivos que a levaram a atacar economistas e financistas

“ Vejo um mandato cheio de desafios. Tanto mais porque a Dilma é uma pessoa de relacionamento difícil, temperamento imperioso, mas ela já deve ter percebido o tamanho do desafio ”

com o perfil do Levy, que reza na mesma cartilha ortodoxa do Armínio Fraga. Em resumo: ela está adotando a mesma política econômica que acusou seu adversário, Aécio Neves, de adotar, caso fosse eleito. Ela sabe que precisa fazer isso, que precisa recuperar a credibilidade junto ao mercado, porque sem isso não haverá investimento. E sem investimento a economia não voltará a crescer.

O escândalo da Petrobras pode prejudicá-la politicamente?

KRAMER – Este é outro desafio e o de maior mistério: qual será o desfecho da crise ética envolvendo a Petrobras? Isso muda muita coisa. Tem muita gente com sonhos, projetos de ter determinado cargo importante na Mesa da Câmara, do Senado. Não sabemos como será o desfecho dessa história quando saírem as primeiras ordens judiciais para prender A, B ou C. Não sabemos se essas pessoas vão se aguentar de pé até lá. As duas listas juntas (a do doleiro Youssef e a do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa) têm o nome de mais de 50 grandes políticos. Não sabemos até que ponto a crise pode chegar à própria Dilma, já que ela foi

presidente do Conselho da Petrobras. Mesmo se não estiver envolvida diretamente, será vista como péssima administradora, porque não se pode alegar que a culpa foi do outro. O administrador tem que saber, tem que assumir a responsabilidade. Se essa crise cortar a fundo na liderança do Congresso, pode sobrar para governo e oposição.

O senhor prevê um desfecho para essa crise?

KRAMER – No pior cenário, haverá uma paralisia decisória tão grande que quem não perder o mandato vai fugir para suas bases e ficar sem vir a Brasília durante meses. E o Congresso vai ficar paralisado, sem votar projetos importantes para o Brasil. Em uma hipótese

CARLA LISBOA



mais amena, fazem o pacto do “me solta que eu te largo”: suja tanto para a oposição, tanto para o governo, então eles fazem um acordo para parar as investigações. Só que dessa vez tem a rua, a Justiça – o Supremo e o Ministério Público – e a mídia. A imprensa livre desempenha um papel importantíssimo na preservação e desenvolvimento da democracia. A mídia, jornais, revistas, televisão, rádio, é a escola de educação da cidadania. Não sei se o Brasil vai deixar acontecer esse pacto dentro do Congresso.

E o que podemos esperar da relação dela com o Congresso?

KRAMER – Uma coisa bem objetiva ela fez: em cima dos 10 milhões e 443 mil reais, quer dizer, o valor máximo da soma de emendas orçamentárias que cada deputado e cada senador pode emplacar no Orçamento, ela abriu para mais 700 mil reais por parlamentar. Isso mostra o desejo dela de recompor seu diálogo com o Congresso. Com isso, pretende criar uma boa vontade nesses setores

dos quais andou afastada, sobretudo durante a campanha, quando adotou um tom muito incisivo de bandeiras de esquerda. E obviamente isso desagradou a base tradicional dela, ou seja, aqueles setores mais à esquerda do PT, o MST, com a nomeação da nova ministra da Agricultura, Katia Abreu, presidente da CNA. E por aí vai. A minha dúvida é a seguinte: Lula sempre foi capaz de fazer o milagre carismático de agradar a gregos e troianos. E agradava porque estávamos num contexto em que todos estavam ganhando, porque a economia estava crescendo. Agora é mais difícil. Estamos na fase do “farinha pouca meu pirão primeiro”.

E o senhor acha que ela vai conseguir manter esse equilíbrio de forças?

“ O pior cenário é essas coisas não darem certo, o PT, desesperado por se sentir rejeitado nas suas escolhas ideológicas, aprofundar a campanha do Volta, Lula ”

KRAMER – Bem, se olharmos o histórico recente de relacionamento dela com a classe política, não. Vai ser difícil realizar essa mágica num contexto adverso, diferente do de Lula, que é mais carismático que ela. Não é mais um jogo de soma positivo. É um jogo de soma zero, em que, para um poder ganhar, outro tem que perder. Então, vamos ver como ela se sai. Porque veja: a política

econômica dela, por mais que agrade a oposição, não vai transformá-la em uma líder da oposição.

A oposição vem crescendo. Qual será o papel dela a partir de agora?

KRAMER – Se as políticas econômicas da Dilma começarem a dar certo, se o país voltar a crescer e a vida das pessoas melhorar, a oposição terá de enfrentar o que chamo de “armadilha da coerência”. Ela não está aplicando agora uma série de receitas que a oposição sempre defendeu quando era governo? Então? Ela tiraria o discurso da oposição. Esse é o melhor cenário pra ela.

E o pior cenário?

KRAMER – O pior cenário é essas coisas não darem certo, o PT, desesperado por se sentir rejeitado nas suas escolhas ideológicas, aprofundar a campanha do Volta, Lula. O PT é um partido diferente, nessa geleia geral partidária brasileira, em muitas coisas. Só não é mais na roubalheira, que a gente está vendo. E em segundo lugar é bem parecido com a geleia geral pelo fato de ter uma oligarquia que sempre mandou lá e vai continuar mandando. Lula e sua turma. Quem mais? E o Volta, Lula vai mostrar o governo Dilma como um governo fraco, porque as pessoas vão estar na verdade querendo olhar para além dela, ou seja, o que é que vem depois, quem é que vem depois, o que pode desacreditar muito as suas ações. O dilema é esse.



Há muito tempo os trabalhadores estão insatisfeitos com o PT. O que podem esperar do novo governo da Dilma?

KRAMER – Eu chamo a atenção para uma coisa. Você notou que, nas manifestações populares do ano passado, havia um repúdio dos manifestantes não só aos partidos políticos, mas também às centrais sindicais tradicionais? Por que? Porque eles viraram chapa branca. Se aburguesaram, como se dizia no dialeto da esquerda. Claro, o camarada passou a vida toda ganhando 2,500 reais como presidente de sindicato, aí vai com um salário muito maior para o Ministério do Trabalho. Aí muda tudo, né?

Aquelas manifestações do ano passado podem voltar?

KRAMER – Olha, do mesmo jeito que ninguém podia prever quando elas surgiram pela primeira vez, ninguém pode prever quando surgirão outras e com que intensidade. Mas eu diria uma coisa: neste exato momento, o pano de fundo que possibilitou que elas acontecessem,

“ O desconforto econômico da população ainda está presente. Então, eu acho bom os donos do poder e as donas do poder botarem suas barbas de molho ”

que foi o desconforto econômico da população, ainda está presente. Então, eu acho bom os donos do poder e as donas do poder botarem suas barbas de molho.

Os servidores públicos inativos estão com aposentadorias defasadas e há projetos em tramitação no Congresso travados pelo governo. O que os ser-

vidores aposentados podem esperar do novo governo?

KRAMER – Olha, infelizmente, o que prevejo para essa categoria é choro e ranger de dentes. Não tem nenhuma notícia boa para dar. Realmente, o que vai acontecer é que não vai se mexer na contribuição previdenciária dos aposentados, não vai se mexer no fator previdenciário. Simplesmente porque o governo não tem espaço econômico e também político para cortar em outro lugar. Então, vai se perpetuar a covardia que já se pratica contra os aposentados e que a gente conhece muito bem. O fator previdenciário de um lado e a contribuição dos servidores inativos de outro. ■

Hora de pagar a conta

Depois de vender um país cor-de-rosa durante as eleições, Dilma sacrifica a sociedade para equilibrar as contas públicas, abaladas pela gastança no primeiro mandato

► Washington Sidney



O segundo mandato de Dilma Rousseff nem começou, mas os brasileiros já tiveram uma mostra do que vem pela frente. Três dias após o segundo turno das eleições, o Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) de 11% para 11,25%, surpreendendo até mesmo o mercado financeiro. Em seguida, o governo reajustou os preços dos combustíveis e da energia elétrica. Consumidores e contribuintes sentem na carne a herança maldita que Dilma deixou para ela mesma e para o país, após quatro anos de má gestão.

A conta da ganância com o aparelhamento do Estado e com as iniciativas populistas para garantir a reeleição – que resultaram em um déficit fiscal de R\$ 25,5 bilhões – recairá sobre o bolso dos brasileiros. “Com certeza o governo deve avançar contra o consumidor e os setores produtivos, numa tentativa voraz de aumentar a arrecadação”, prevê o senador Cyro Miranda (PSDB-GO). “O segundo governo já nasce envelhecido e sem direito à tradicional lua de mel”, ressalta o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

O ajuste fiscal é o remédio amargo para conter uma inflação que já ultrapassa a meta definida pelo Banco Central, reequilibrar as contas públicas e fazer o país voltar a crescer. O problema é que, em vez de enxugar a máquina, como sugeriram os adversários durante a campanha eleitoral, Dilma decidiu sacrificar a sociedade. Afinal, a estrutura do Estado é o instrumento de barganha de que dispõe o governo para atender aos interesses políticos dos grupos de poder em troca da governabilidade.

“O governo precisa fazer ajustes. As contas públicas estão muito altas. Houve muitas contratações no governo Dilma. Muitos gastos relacionados a estrutura e a pessoal. Ninguém imaginava que o país ia crescer menos, o que acabou acontecendo. E as contas começaram a não fechar. O governo realmente vai ter de ajustar as contas e isso significa medidas amargas”, admite o economista Renan Said, professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Brasília. Ele acredita que um dos alvos do novo governo serão os salários dos servidores ativos e inativos.



“ O segundo governo já nasce envelhecido e sem direito à tradicional lua de mel ”

Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

“O maior gasto é com pessoal. Provavelmente o reajuste dos salários dos funcionários públicos será menor do que foi nos últimos anos. O governo pode dar um reajuste menor do que a inflação ou até não dar o reajuste. E aí já estará ajustando as contas dele. Os investimentos também podem cair um pouco. Foram muitos investimentos nos últimos anos, como o PAC, obras de infraestrutura. Pode diminuir esse ritmo”, prevê o economista.

BENEFÍCIOS AMEAÇADOS

Para completar o pacote fiscal, a equipe econômica comandada pelo novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, conhecido como “mãos de tesoura”, deverá cortar despesas que contemplam benefícios sociais, tais como as pensões por morte pagas às viúvas, o seguro-desemprego, os abonos salariais e o auxílio-doença. A redução dessas despesas já havia sido anunciada pelo ex-ministro Guido Mantega. “Estamos trabalhando para reformatar essas despesas para que no próximo ano estejam em declínio, interrompendo uma elevação que tem ocorrido neste momento”, afirmou.



“ Já temos uma carga tributária elevadíssima. A sociedade está mais vigilante. E no Congresso a oposição está fortalecida e há um racha na base aliada ”

Gilberto Amaral, tributarista

Não é a primeira vez que o governo acena com mudanças nas regras desses benefícios. Em 2013 o Ministério da Fazenda propôs aumentar o tempo mínimo de trabalho que o desempregado precisa comprovar para ter direito ao seguro-desemprego. Foi sugerido também que o abono salarial passe a ser proporcional ao número de meses trabalhados. No caso das pensões por morte, o Ministério

da Previdência já alertou para a importância de mudança das regras para limitar os pagamentos, mas nenhuma proposta foi formalizada. Agora, o governo volta a mirar nessas despesas.

ANO NOVO MAGRO

Além de reduzir despesas, o governo vai ampliar a receita. Aqui entra outra má notícia para os consumidores e contribuintes, pois o aumento da arrecadação passa pela elevação dos impostos e pelo reajuste das tarifas públicas. As de energia elétrica, por exemplo, que já foram majoradas em 18%, em média, neste final de ano, devem subir de 25% a 30% em 2015.

AJUSTE COMPROMETERÁ PROGRAMAS SOCIAIS

Quando disse que, “se houvesse um Procon das eleições, a presidente Dilma estaria hoje sendo instada a devolver o mandato que recebeu”, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) não exagerou. Ao anunciar a nova equipe que conduzirá as finanças do país, Dilma jogou na lata de lixo a política econômica de seu primeiro mandato e as promessas de campanha. De quebra, admitiu tacitamente que seu primeiro governo fracassou na condução da economia. Ficou claro que ela optou pela receita da oposição, que tanto criticou durante a campanha, para tirar o país da crise.

O novo guardião dos cofres públicos, Joaquim Levy, já anunciou um ajuste consistente nas finanças do governo. “O objetivo imediato é estabelecer uma meta de superávit primário para os três próximos anos, compatível com a estabilização e declínio da relação dívida bruta em percentual do PIB (Produto Interno Bru-

to)”, declarou, ao ser oficializado como novo ministro da Fazenda. Com isso, pretende estancar a gastança desmedida do primeiro governo de Dilma, que elevou a dívida pública do país de 53% para 61%, o maior nível entre todas as nações emergentes.

Durante a campanha, Dilma disse que, se a oposição chegasse ao poder, esvaziaria as instituições financeiras federais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Levy já deixou claro que não haverá mais transferências de recursos do Tesouro Nacional para os bancos públicos. Isso significará menos recursos para programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, que Dilma prometeu ampliar durante a campanha, e o Bolsa Família. Na caça ao voto dos eleitores pobres e da classe emergente, Dilma sugeriu que seu adversário cortaria recursos dos programas sociais. “A população não come PIB”, declarou, antes das eleições.

A projeção das consultorias especializadas se baseia, entre outros fatores, na falta de chuvas, que tem aumentado os custos para as distribuidoras, com a necessidade de acionamento das termelétricas. Com isso, as concessionárias foram obrigadas a contrair empréstimos junto a bancos públicos, para cobrir rombos no caixa, devido ao desequilíbrio financeiro.

A partir do ano que vem, as companhias poderão fazer os repasses a cada mês, em vez de ter que esperar 12 meses pelo reajuste. Isso porque entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Pelo novo modelo, o consumidor será alertado a cada mês sobre as condições de produção de energia. Em meses mais favoráveis, a conta virá mais baixa. Em meses de seca, com condições adversas, o preço subirá.

Em 2015 o governo também não conseguirá mais conter os reajustes dos combustíveis. “Em 2015 a nossa previsão é de aumento de 10% nas bombas e 15% nas refinarias”, projeta Adriana Molinari, analista de inflação da consultoria Tendências. Para

evitar que a inflação oficial supere o teto da meta estabelecida pelo governo, diante dos reajustes das tarifas públicas, o Banco Central terá de fazer novas elevações da taxa básica de juros, o que tornará ainda mais difícil a vida dos brasileiros.

Especialistas acreditam que, a despeito do ajuste nas contas públicas, o governo também precisará aumentar impostos. Inflar a carga tributária seria uma forma de compensar a dificuldade de cortar gastos. Mas, para mexer nas maiores fontes de arrecadação, como o Imposto de Renda, o PIS/Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o governo terá de convencer a maioria dos deputados e senadores. Além disso, haveria um grande risco de inibir ainda mais a atividade econômica.

“Já temos uma carga tributária elevadíssima. A sociedade está mais vigilante. E no Congresso a oposição está fortalecida e há um racha na base aliada”, diz o tributarista Gilberto Amaral, coordenador de estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). ■

O novo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, já disse que sem crescimento não há como fazer inclusão.

O fato é que, com a política econômica ortodoxa, que será aplicada a partir de 2015, não haverá recursos para atender promessas de campanha como a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, do Mais Médicos, a criação do Mais Especialidades e do Banda Larga para Todos, entre outros. Além disso, integrantes do PT não estão seguros de que Dilma dará autonomia à nova equipe econômica e temem desgaste político e queda de popularidade dela no momento em que o ajuste fiscal começar a ser implementado. Afinal, o ajuste será longo e o país vai demorar a retomar o crescimento.

“Não tem como fazer milagre. Acredito que no prazo de um ano, um ano e meio, não. Mas, com certeza, no prazo de dois para três anos a gente deverá ter um crescimento econômico razoável. É o tempo que vamos ter para o ajuste”, afirma o economista Renan Said, professor da Universidade Católica de Brasília.



“ Se houvesse um Procon das eleições, a presidente Dilma estaria hoje sendo instada a devolver o mandato que recebeu ”

Senador Aécio Neves (PSDB-MG)

A polêmica que promete agitar a reforma política

Criticada por incentivar a corrupção e o uso da máquina, reeleição virou alvo de juristas. Um deles quer acabar com esse instrumento por meio de uma emenda popular

► Priscylla Máxima



A eleição presidencial de 2014 trouxe à luz uma polêmica que já vinha crescendo à sombra dos escândalos de corrupção na política brasileira: o instituto da reeleição. Comum em democracias maduras como a dos Estados Unidos, a reeleição tem sido questionada por alguns juristas. Eles alegam que os ocupantes dos cargos executivos tendem a abusar do poder econômico no final do primeiro mandato e a usar a máquina administrativa para se manter no cargo, em verdadeiro vale-tudo por projetos de poder.

Os defensores da reeleição justificam que ela permite a continuidade administrativa em um país que estava acostumado a ver os governantes abandonarem as obras de seus antecessores, em um festival de desperdício de dinheiro público. O fato é que o escândalo da Petrobras jogou mais lenha no debate. Afinal, segundo as denúncias dos delatores, os tesoureiros do PT, PP e PMDB recebiam dos executivos de empreiteiras propinas para as campanhas eleitorais, o que pode ter favorecido a eleição da presidente Dilma Rousseff nas eleições de 2010. Fica a pergunta que não quer calar: afinal de contas, a reeleição estimula ou não a corrupção no Brasil?

O jurista Joaquim Barbosa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), acha que sim. Segundo ele, em países em fase de consolidação constitucional, a reeleição funciona como “mãe” da corrupção. “Ela é o elemento propulsor, o fator multiplicador de práticas de corrupção no nosso país”, disse, recentemente, em sua conta no Twitter. Segundo o magistrado, nenhuma democracia sobrevive sem alternância de poder. “Olhe o nosso entorno e veja a devastação feita pela perpetuação de grupos”, completou. Para ele, a reeleição “fomenta a corrupção” porque o governante se torna refém da própria ambição e dos grupos que o apoiam.

Torquato Jardim, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concorda com Barbosa: “A reeleição no Brasil é sinônimo de corrupção. Ela surgiu de maneira espúria. Porque o projeto era de reeleição apenas para presidente da República. No que faltou quorum no

Congresso, o projeto se estendeu para os governadores. E como ainda faltava quorum no Congresso, estendeu-se aos prefeitos. Se no âmbito federal aconteceu o Mensalão e o escândalo da Petrobras, afora as outras histórias todas, que vão de estado a estado, imagina se não haveria uso indevido da máquina pública nos municípios e nos estados onde há menos imprensa”, questiona.

CONTINUIDADE

A reeleição foi implantada no Brasil em 1997. Prestigiado em razão do sucesso do Plano Real, que havia deixado para trás a inflação galopante dos tempos de José Sarney, o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu levar o Congresso Nacional a modificar a Constituição Brasileira e a instituir a reeleição. O argumento, na época, era de que precisávamos de um segundo mandato para dar continuidade à estabilização econômica, ameaçada pela crise mundial. FHC conseguiu se reeleger em 1998. Depois veio o ex-presidente Lula, que unificou os programas sociais do antecessor



“ Ela (a reeleição) é o elemento propulsor, o fator multiplicador de práticas de corrupção no nosso país ”

Joaquim Barbosa, ex-presidente do STF



“ O grande escândalo, a corrupção, é uma prática ou modus operandi da política brasileira desde a República e possivelmente antes ”

Melillo Dinis, especialista em Direito Público

no Bolsa Família e se reelegeu com os votos das famílias dependentes desse programa de transferência de renda. E ainda fez a sucessora, que tornou a se reeleger este ano usando o programa como arma eleitoral.

O jurista Ives Gandra Martins pensa diferente de Joaquim Barbosa e Torquato Jardim. Ele não acha a reeleição um mal. Diz que vários países a adotaram e considera elementar o princípio de que, se for bom, o governo deve continuar. Se for mau, deve ser substituído, cabendo ao eleitor a escolha. Segundo o jurista, o argumento de que o governo tem mais condições de fazer campanha que a oposição, tornando desigual o pleito, embora seja ponderável, não elimina a

justificativa de que o eleitor deve saber escolher, entre os candidatos, aquele que é o melhor.

“Se não souber escolher, é porque a democracia em seu país ainda é imatura, mas nem por isso deve ser eliminada. A democracia seria, neste caso, um caminho de escolha de governantes, que precisaria ser amadurecido, mas não suprimido sob a alegação de que o despreparo do povo para ‘decidir’ torna preferível que apenas os ‘melhores’ decidam por todos, como ocorre nas ditaduras sangrentas de Cuba, do Iraque e da China”, declarou, em artigo publicado na imprensa.

O CASO DO DF

O cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB), assina embaixo a declaração de Ives Gandra. Segundo ele, os mandatos consecutivos são a única maneira de o eleitorado poder cobrar, fiscalizar. Se o eleito não está correspondendo, a população dá a resposta na eleição seguinte. “Vários prefeitos tentam a reeleição e são derrotados. Aqui no DF temos um exemplo bem próximo que foi a tentativa de reeleição do governador Agnelo. Ele sequer conseguiu chegar ao 2º turno. Foi uma resposta da população”, justifica.

Melillo Dinis, professor e pesquisador especialista em Direito Público, acha que a reeleição não tem efeito algum na democracia. Para o advogado, o que enfraquece o sistema é o modelo de participação política



em que o público é privatizado pelos interesses corporativos ou por projetos de poder que não visam o bem comum. Ele acredita que os escândalos de corrupção, como o Mensalão e o caso da Petrobras, ocorrem com ou sem reeleição. “A corrupção não decorre desse pedaço do sistema político, até porque ela acontece em diversos campos da sociedade. O grande escândalo, a corrupção, é uma prática ou modus operandi da política brasileira desde a República e possivelmente antes”, destaca Melillo.

O fato é que, desde a sua implantação, a reeleição vem facilitando a perpetuação de grupos no poder, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Usada sob a alegação de que um mandato é pouco, enfraquece os partidos políticos, fortalece o Executivo e reforça o personalismo, pois permite que uma única pessoa passe oito anos consecutivos à frente da poderosa máquina estatal. É por essa razão que o jurista Luiz Flávio Gomes, presidente do Instituto Avante Brasil, está fazendo campanha de coleta de assinaturas na internet. O objetivo é apresentar, na ocasião da reforma política, uma emenda popular que acabe com a reeleição e limite o mandato legislativo, a fim de acabar com o político profissional. O abaixo-assinado, lançado recentemente, já conta com mais de 15 mil assinaturas.

“O fim da reeleição é uma das maneiras de se restabelecer a dignidade não só do político, mas da política.



Desde a sua implantação, a reeleição vem facilitando a perpetuação de grupos no poder, seja no âmbito federal, estadual ou municipal



“ O fim da reeleição é uma das maneiras de se restabelecer a dignidade não só do político, mas da política. A política no Brasil está muito desprestigiada ”

Luiz Flávio Gomes, jurista

A política no Brasil está muito desprestigiada. Temos de criar mecanismos que evitem a corrupção e que possibilitem o surgimento de novas lideranças. Por isso vejo esses dois caminhos como muito úteis para a nação. O Brasil precisa disso”, declara.

Ele acredita que a reeleição, ao perpetuar o político no cargo, possibilita a corrupção. “Quanto mais o político está enfronhado, mais vai conhecendo os meios da política e vai facilitando a corrupção. Por outro lado, se ele está há muito tempo na política, tem também mais facilidade nos financiamentos. As empresas financiam mais porque a pessoa é mais conhecida. E na medida em que as empresas financiam, vão comprando o mandato do parlamentar. E é aí que se estabelece o vínculo da corrupção.” ■



Deputados comemoram a aprovação da PEC 434/14: proposta vai para o Senado e, depois, para a sanção da presidente Dilma

Aprovada isonomia do provento de aposentadoria por invalidez

Câmara aprova em dois turnos a proposta que garante provento integral aos funcionários públicos aposentados por invalidez. Emenda vai agora à sanção para alterar a Constituição Federal

► Menezes y Moraes

Em menos de uma semana, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a aposentadoria integral dos servidores públicos por invalidez. De autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), a PEC 434/14 ainda precisa ser votada no Senado para, depois, ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Se tudo correr bem, o benefício, pago integralmente aos aposentados da iniciativa privada, passará a valer também para os funcionários públicos que se aposentarem por qualquer tipo de invalidez, até mesmo em caso de acidente doméstico. Após sancionada, a emenda dará nova redação ao inciso I § 1º do artigo 40 da Constituição, que hoje estabelece o pagamento do valor integral apenas em caso de invalidez por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave prevista em lei.

A PEC determina que a União, os estados e municípios, autarquias e fundações façam em 180 dias as mudanças necessárias para que os benefícios sejam concedidos. A autora da emenda, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), disse que a votação foi uma reparação. “Estamos dando um presente de Natal para todas essas pessoas que foram injustiçadas no passado”, afirmou a parlamentar. Ela agradeceu a todos os deputados que apoiaram a proposta e elogiou o empenho do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, em pautar a matéria. Os parlamentares comemoraram a aprovação da PEC.

CÁLCULOS

O funcionário recém-ingresso no serviço público que se aposentar por invalidez terá como base a remuneração atual, em vez da proporção das contribuições feitas à Previdência Social, seja o INSS ou o regime próprio. No caso das pessoas admitidas no serviço público até 31 de dezembro de 2003 que se aposentaram por invalidez permanente, ou que venham a se aposentar por esse motivo, a PEC garante proventos integrais sem a média. Os proventos e as pensões serão corrigidos pelo índice usado para aumentar a remuneração do cargo no qual se deu a aposentadoria. Quem



“**Estamos dando um presente de Natal para todas essas pessoas que foram injustiçadas no passado**”

Andreia Zito (PSDB-RJ), autora da emenda

ingressou no serviço público até aquela data e se aposentou por invalidez terá os proventos corrigidos em até 180 dias da vigência da emenda constitucional.

Para os que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2004, as regras obedecerão à média das maiores remunerações – 80% do período contributivo –, com limite da última remuneração no cargo efetivo. As novas regras também não valem para os servidores que ingressaram até 31/12/ 2003 e que tenham optado por participar de fundo complementar de aposentadoria, como o Funpresp, no âmbito federal. Isso porque, ao aderir ao fundo, o servidor abre mão de receber aposentadoria pelo regime de transição, em troca de incidência menor de contribuição para a Previdência.

O texto da PEC foi negociado pelos partidos com o governo, que quis evitar a interpretação da possibilidade de pagamento retroativo. Por essa razão, o Plenário votou a PEC 434, em vez do substitutivo da Comissão Especial para a PEC 170/12, de autoria da deputada Andreia Zito. Alguns deputados, contudo,

coobraram uma nova luta para que os servidores que já estão aposentados recebam a retroatividade.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) achou que o texto não está claro. Como alertou na votação em primeiro turno, essa redação não garante expressamente os proventos integrais. “Deveria estar expresso ‘aposentadoria por invalidez com proventos integrais’ e o texto remete à lei”. Segundo ele, esse texto não é a solução definitiva. “É um avanço, mas não o ideal. O melhor seria que o próprio texto já dissesse que a aposentadoria seria integral, mas assim remete a uma lei e não sabemos o que pode acontecer”.

O deputado Marçal Filho (PMDB-MS), relator da proposta na comissão especial que analisou o tema, disse que os aposentados públicos sofrem há muito tempo por falta de um salário melhor e o texto que está sendo enviado ao Senado ainda não é adequado

aos servidores. “Não é o ideal, não é o que queríamos quando aprovamos o outro texto na comissão. Esperamos que a próxima legislatura possa lutar para que todos os aposentados por invalidez sejam beneficiados no futuro”, disse, lembrando que o motivo desse tipo de aposentadoria não é opção de ninguém.

Os deputados petistas elogiaram a PEC. O líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), disse que a nova regra faz justiça e equilibra o benefício sem questionamentos. “O servidor que enfrentar a dificuldade de uma aposentadoria precoce por invalidez terá o mesmo salário”, assegurou. Vicentinho (SP), líder do partido na Casa, lembrou que o acordo para votar a PEC foi difícil. Para ele, a aprovação do texto é um avanço. “Deu um trabalho muito grande chegar a esse acordo, e foi o possível, mas isso não quer dizer que já cumprimos nosso papel”, declarou. ●

PEC 555 CONTINUA EM BANHO-MARIA

Outro projeto em defesa de aposentados e pensionistas da União que tramita na Câmara aguarda a boa vontade dos parlamentares. A Proposta de Emenda Constitucional 555/06, que extingue a contribuição previdenciária dos servidores aposentados, não foi a votação no dia 14 de outubro, contrariando o compromisso assumido pelo presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) em setembro, durante o Encontro Nacional de Federações e Entidades de Base, realizado em Natal. Na ocasião, ele se comprometeu a colocar em votação a PEC 555 e o Projeto de Lei 4434/2008, que devolve aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência seus proventos com o mesmo número de salários mínimos com que se aposentaram.

No dia 14 de outubro Alves se reuniu com alguns representantes de entidades para informar que o quórum qualificado exigido para a votação da PEC, que é de 308 deputados, não foi atingido, o que inviabilizou a votação da matéria. De acordo com o presidente da Câmara, a PEC 555/06 permanecerá na pauta do plenário até que haja o quórum necessário para a

votação da matéria. Ele disse, na ocasião, que isso deveria acontecer após o segundo turno das eleições, mas a votação ficará para 2015.

Em clima de expectativa, aposentados e pensionistas se aglomeraram nos corredores da Casa e ocuparam dois plenários das comissões com palavras de ordem e exigindo a votação da PEC. Decepcionados, eles protestaram ao saber que a PEC não seria votada. A votação esbarra na burocracia parlamentar há oito anos. Foi enviada à Câmara pelo Senado em 2010.

Maria Cecília Soares Landim, presidente da APSEF, afirma que “esta contribuição, criada no primeiro ano do governo Lula, é uma das mais cruéis medidas já tomadas contra os servidores públicos quando se aposentam, e dos já aposentados (quando da sua instituição), sem a expectativa de uma contraprestação, sendo um fardo pesado para aqueles que dependem apenas de seus proventos para sobreviver, mas irrelevante no que diz respeito à arrecadação do governo, já que todo o valor das contribuições de um ano não corresponde sequer a um décimo do que o próprio governo abre mão por meio de renúncias fiscais”.



PARCELA VPNI

Tratamento dado pelo governo para implantação da regra assegurada pelo art. 30 da Lei nº 12.998, de 2014, como DIFERENÇA INDIVIDUAL aos servidores do INSS e dos Ministérios da PREVIDÊNCIA, do TRABALHO e da SAÚDE

Conforme noticiado nesta Revista - Ed 22 pag. 22 – com a implantação das atuais Carreiras do INSS e dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho, conforme as Leis nºs 10.855/2004 e 11.355/2006, ficou estabelecido que valor excedente continuaria a ser pago como vantagem pessoal nominalmente identificada – VPNI (no âmbito dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho) e diferença pessoal nominalmente identificada – DPNI (no âmbito do INSS).

Em dezembro de 2013, o Governo com o propósito de reduzir a folha de pagamento da União e invocando equivocadamente o art. 103 do Decreto-Lei 200/67, promoveu o desconto daquelas parcelas VPNI e DPNI, ensejando reação dos servidores e das entidades de classe. Assim, os servidores previdenciários (aqueles originários dos extintos IAPAS, INAMPS e INPS) hoje percebendo remuneração e proventos das

Carreiras do Seguro Social e da Previdência, da Saúde e do Trabalho, tiveram, nos termos do art. 30 da Lei 12.998/2014, a garantia, a partir de 1º de janeiro de 2014, como Diferença Individual, de forma definitiva, as vantagens VPNI e DPNI.

Não obstante, a partir de setembro/2014, no âmbito do Ministério da Saúde, infelizmente, foi constatado que, em face de manifestações do Tribunal de Contas da União em diversos Acórdãos, dentre eles, o Acórdão nº 5.793/2014-TCU – 2ª Câmara, publicado no DOU de 21/10/2014, os órgãos responsáveis pela manutenção das aposentadorias estão aplicando a orientação emanada daquela Corte de Contas no sentido de que seja dado “o exato cumprimento da lei, ajustando o valor da “DPNI § 4º, art. 5º da Lei 11.490/2007” (Adiantamento Pecuniário - PCCS) dos aposentados, promovendo sua redução decorrente da implantação das tabelas constantes do Anexo:

IV-A da Lei 11.355/2006 (alterada pelas Leis 11.490/2007 e 11.784/2008) nos meses de julho/2010 e julho/2011 e, caso haja valor remanescente, promovendo sua transformação em vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimento dos servidores públicos federais, respeitadas as situações subjetivas protegidas pelo direito;

9.2. no caso de existirem casos concretos enquadráveis na parte final da determinação supra, estes deverão ser comunicados a este Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias da ciência deste Acórdão;

9.3.....” resultando em significativa redução do valor da referida parcela que vinha sendo paga e incluindo o resíduo, a partir de julho de 2014, como DIFERENÇA INDIVIDUAL – DI Lei 12.998

Para melhor ilustrar o procedimento adotado, apresentamos abaixo a situação de um aposentado do MS

| MÊS | DPNI (§ 4º art. 5º Lei 11.784/2008) R\$ | DIFERENÇA INDIVIDUAL (Lei 12.998/2014) R\$ | DIFERENÇA A MENOR R\$ |
|--------|--|---|--------------------------|
| Dez/13 | 2.846,00 | ---- | ---- |
| Jan/14 | 2.846,00 | ---- | ---- |
| Jul/14 | 2.679,00 | ---- | ---- |
| Ago/14 | ---- | 846,00 | 1.833,00 |
| Set/14 | ---- | 846,00 | 1.833,00 |
| Out/14 | ---- | 846,00 | 1.833,00 |

Diante da situação e a morosidade de se obter informações sobre o assunto, adotamos medidas capazes de fundamentar o ingresso de uma ação judicial específica com o propósito de reverter a enorme e injusta redução da parcela arduamente conquistada.

2015

MAIS UM ANO DE FRUSTRAÇÃO E DE REDUÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO



Enquanto o governo reajusta, em janeiro de 2015, o salário mínimo em 8.86%, passando de R\$ 722,00 para R\$ 788,00, os servidores em atividade, os aposentados e pensionistas do Poder Executivo amargam um mísero reajuste de 5%, a partir de janeiro, já corroído pela inflação de 6,46% de 2014, referente à terceira e última parcela concedida em 2012 (Leis 12.772, 12.775 e 12.778/2012). Os valores das respectivas carreiras foram divulgados nas páginas 08 a 20 da Revista, Edição 15 de setembro de 2012.

Na proposta da Lei Orçamentária para 2015, enviada pelo governo, em 31/08/2014, ao Congresso Nacional, onde aguarda exame e aprovação a ocorrer nos meados de fevereiro ou no mês de março, foi



inserido o seguinte artigo “Art. 79. Fica autorizada, nos termos da Lei nº 10331, de 18 de dezembro de 2001, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, das autarquias e fundações públicas federais, cujo percentual será definido em lei específica.”, ou seja, regra constitucional que é repetida, desde 2003, e, portanto, por 13 anos pelos governos Lula e Dilma Rousseff, sem nenhuma eficácia, a não ser a de letra morta da Carta Magna do nosso País.

A persistir, por mais quatro anos, o tratamento dado aos servidores públicos, principalmente os das áreas sociais – Saúde, Educação e Segurança, será necessária a aplicação do disposto no art. 41, §5º da Lei nº 8.112/1990, para permitir a concessão de complemento salarial a fim de que a remuneração dos mesmos não fique abaixo do salário mínimo.

ACOMPANHE A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO DA GDATA VINCULADOS A AÇÃO JUDICIAL – Proc. 2004.34.00.029140-1

Embora haja morosidade da Justiça Federal relativamente à liberação dos pagamentos dos valores devidos, a demora deve-se principalmente ao fato de a União discordar sempre dos valores apresentados pela APSEF, tendo ajuizado Embargos à Execução, apresentando novos cálculos, o que implicou na suspensão das Execuções até o julgamento dos referidos embargos.

Após tempestiva impugnação aos argumentos apresentados, a Contadoria Judicial, em seu parecer contábil, corrobora quase sempre com as alegações da APSEF, sendo, portanto, favorável aos associados. Esperamos que em 2015 haja maior celeridade para o



pagamento, uma vez que não está havendo interposição de Apelação pela União, o que abrevia a duração do processo com a continuidade de expedição de requisições de pagamento.

Ressaltamos, finalmente, que tão logo haja liberação do pagamento de qualquer processo pela Justiça

Federal, expediremos correspondência aos beneficiados com a respectiva orientação, a fim de evitar qualquer tentativa de golpe de estelionatários caso houvesse divulgação no site.

Consulte em nosso site: – ações judiciais, a situação dos 67 Processos de Execução.

AÇÃO GDATA/GDASST – Proc. nº 2003.34.00.027405-9

EM JANEIRO DE 2015 SERÁ FINALMENTE INICIADA A FASE DE EXECUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO PELA JUSTIÇA FEDERAL

Embora, desde o começo de 2014, tenham sido iniciadas as medidas com vistas ao recebimento garantido pela sentença judicial do valor da GDATA – relativamente aos associados vinculados às Carreiras PST e PGPE – e da GDASST aos vinculados à Carreira PST, houve a necessidade de se atender a inúmeros associados retardatários, por motivos e dificuldades diversos, com vistas ao envio das Procurações e declarações, em cumprimento à exigência judicial.

Assim sendo, somente a partir de janeiro/2015 será iniciada a autuação dos respectivos PROCESSOS DE EXECUÇÃO, num total de 32, de inteira responsabilidade da 16ª Vara Federal, ressaltando que a APSEF incluiu, em cada grupo, a tarja de Prioridade de Tratamento, garantida pelo Estatuto do Idoso, na expectativa de agilizar a liberação dos valores ainda no próximo ano.





SÚMULA VINCULANTE 34 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PODERÁ AGILIZAR O PAGAMENTO OU DECISÃO JUDICIAL DAS AÇÕES RELATIVAS À GDASST

Com a divulgação, em 16/10/2014, da Súmula Vinculante – SV 34, a seguir transcrita, esperamos sejam agilizados não somente os processos de execução (no caso da APSEF Proc. nº 2003.34.00.027405-9), como também aqueles que ainda tramitam na Justiça Federal.

“SV nº 34 – A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos,

desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, quando tais inativos fizeram jus a paridade constitucional (ECs 20/98, 41/03 e 47/05).”

Por outro lado, a APSEF já adotou providências para solicitar a aplicação também das disposições contidas na SV nº 34 da GDASST às diversas gratificações de desempenho instituídas em diversas carreiras do Executivo integradas por associados (GDASS, GDPGTAS, GDPGPE, GPPST), como alternativa de agilização do pagamento devido.



Parcela decorrente de ganho em ação judicial deve ser incluída na declaração anual do imposto de renda sem ensejar tributação, pois já foi feita na fonte pagadora

Com vistas à Declaração de Imposto de Renda de 2015, esclarecemos que os valores recebidos em decorrência de autorização dada pela Justiça Federal (RPV ou PRC) como pagamento de ações judiciais ganhas pela APSEF devem ser incluídos na DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL no campo RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA ACUMULADAMENTE PELO TITULAR, com base nos dados contidos no documento fornecido pelo estabelecimento bancário que efetivou o pagamento, visto que os valores recebidos estão sujeitos à tributação exclusiva na fonte e, portanto, não estão sujeitos à incidência de IR quando da referida Declaração Anual, nos termos do artigo 12-A e § 1º da Lei nº 7.713/1988, a seguir transcritos.

Exemplificando:

| ACÇÃO | RECEBIMENTO DA PARCELA DOS 3,17% |
|---------------|--|
| VALOR BRUTO | R\$ 46.267,12 |
| DESCONTOS | a) Contribuição Previdenciária (se for o caso) R\$ 5.089,38 |
| | b) Imposto Retido na Fonte R\$ 1.388,01 (Imposto devido RRA) |
| VALOR LÍQUIDO | R\$ 39.789,73 |

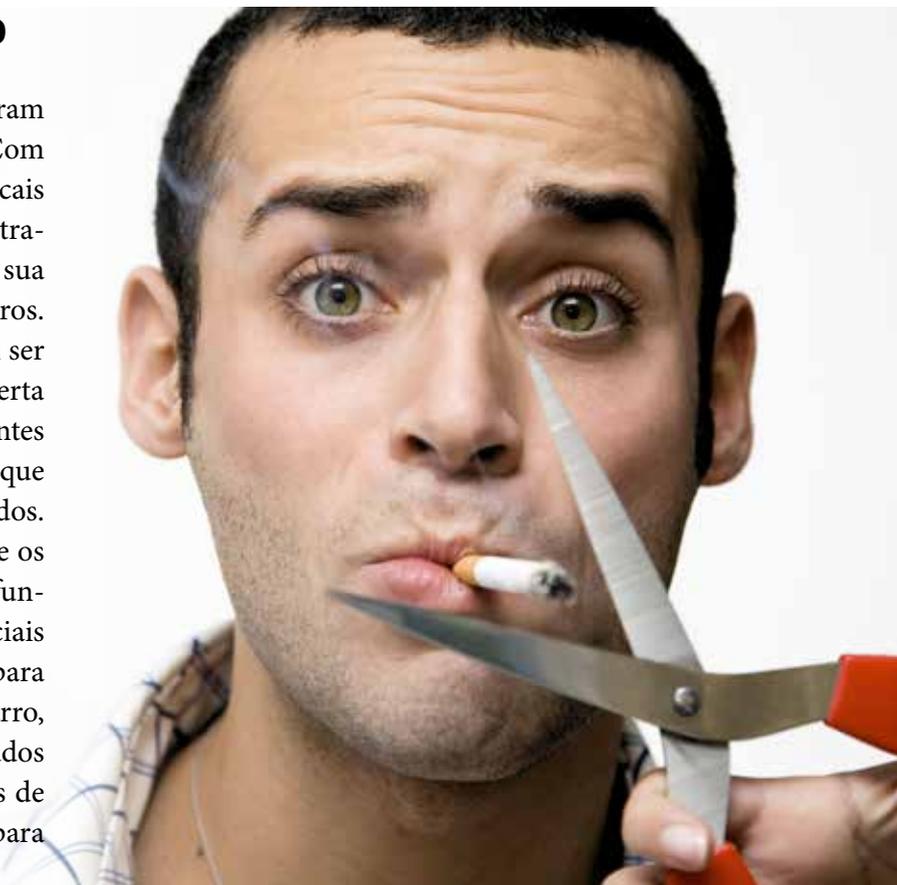
“Art. 12-A. Os rendimentos do trabalho e os provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando correspondentes a anos-calendários anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês. (Incluído pela Lei nº 12.350, de 2010)”

§ 1º O imposto será retido pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento ou pela instituição financeira depositária do crédito e calculado sobre o montante dos rendimentos pagos, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se referam os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito. (Incluído pela Lei nº 12.350, de 2010)”

Assim, alertamos para a necessidade de conservar o documento dado pelo estabelecimento bancário, pois é o único comprovante oficial para fins da Declaração Anual (a CEF ou BB não fornecem 2ª via do comprovante).

Entra em vigor a lei antifumo

As novas regras contra o tabagismo entraram finalmente em vigor no dia 3 de dezembro. Com isso, as pessoas não poderão fumar em locais fechados, caso dos restaurantes e ambientes de trabalho, por exemplo. A indústria do tabaco, por sua vez, está proibida de fazer propaganda de cigarros. Os fumódromos em ambientes coletivos devem ser extintos e serão ampliadas as mensagens de alerta em maços de cigarros vendidos no país. Os fumantes não serão fiscalizados, mas os comerciantes que desobedecerem as normas poderão ser punidos. As multas variam de R\$ 2.000 a R\$ 1,5 milhão e os comerciantes podem ter suspensa a licença de funcionamento. Donos de estabelecimentos comerciais deverão orientar os clientes sobre a lei e pedir para que não fumem. Se se recusarem a apagar o cigarro, poderão chamar a polícia. Os únicos locais fechados que escapam da lei são as tabacarias e os locais de cultos religiosos. As normas também valem para narguilés ou qualquer tipo de fumígeno.



Uso de celular no trânsito pode virar infração grave

Celular e direção são uma mistura tão perigosa quanto conduzir um veículo alcoolizado. Isso porque falar ao telefone ou mandar SMS distrai o motorista e pode aumentar em 400% o risco de acidentes. O uso de celular ao volante já responde por 25% dos acidentes de trânsito. Mas esse comportamento, quando flagrado, rende ao infrator uma multa de R\$ 85,13 e apenas quatro pontos da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Mas isso pode mudar. Projeto que será analisado no Senado torna a infração grave. O autor da proposta,



senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), diz que as estatísticas mostram que o risco de acidente aumenta para até seis vezes quando uma pessoa combina direção com o celular.

Qualidade de vida servida à mesa

O segredo de uma existência longa está nos alimentos. Evitar radicais livres é essencial para viver muito e bem



Hipócrates, médico e filósofo grego, costumava dizer que o melhor remédio é o alimento. E, de fato, eles são uma das principais fontes de saúde, qualidade de vida e longevidade. São essenciais para prevenirmos doenças e mantermos um estilo de vida saudável. Muitas doenças surgem dos hábitos alimentares. Cientistas hoje encaram o envelhecimento como sinônimo de oxidação. Ou seja, um processo que ocorre em nosso corpo devido à produção de radicais livres, que são espécies reativas ao oxigênio.

Não há como evitarmos os radicais livres. Afinal, eles fazem parte do processo respiratório. Por isso, o envelhecimento é inevitável. Mas é certo que podemos evitar o envelhecimento precoce utilizando os nutrientes necessários dos alimentos que combatem o excesso de radicais livres. Por outro lado, uma alimentação equilibrada evita as chamadas doenças degenerativas crônicas, obesidade, colesterol alto e diabetes, que reduzem a qualidade de vida e a longevidade.

Uma dieta saudável é rica em fibras, frutas, vegetais frescos, arroz integral, cereais integrais, leguminosas como feijão, grão de bico, lentilha, soja, milho, proteínas como a da clara de ovo (ótima também para os cabelos), leite, queijo e mussarela de búfalo. Peixe e carne branca (frango) também podem integrar um cardápio saudável. É bom evitar coisas doces, pois o açúcar não é bom para a saúde e nem ajuda a se ter longevidade.

Assim como os alimentos bons ajudam a manter a saúde, outros têm efeito contrário e contribuem para envelhecimento e doenças. É o caso dos produtos refinados, que têm alto índice glicêmico, como açúcar branco. Pão e massas feitas de farinha branca aumentam a taxa de açúcar no sangue, reduzem a flexibilidade da pele, provocam mais rugas, produzem diabetes e colesterol alto. As frituras são muito prejudiciais, porque o óleo aquecido oxida e favorece o aparecimento dos radicais livres.

Michael Roizen, médico norte-americano autor do livro *A Idade Verdadeira*, diz que a maneira de envelhecer não acontece ao acaso. “Os genes que

afetam o envelhecimento são governados por aquilo que comemos, pelo quanto nos exercitamos e até por quantos amigos nós temos”, afirma. Em seu livro, ele calcula quantos anos extras cada comportamento bom pode aumentar a longevidade das pessoas e quantos anos podem ser diminuídos por comportamentos errados.

Outro médico norte-americano, o dr. Louis Ignarro, vencedor do Prêmio Nobel de Medicina em 1998, observa que envelhecer não é doença. Segundo ele, temos de entender que o organismo sofre um desgaste natural. Mas é possível envelhecer sem adoecer se nos cuidarmos adequadamente. O segredo, afirma Ignarro, é usar a medicina preventiva e não ficar esperando

adoecer ou torcendo para que os remédios ajudem. Ele diz que cada um de nós é responsável pela própria longevidade. E acredita que, excluindo-se os fatores genéticos, que têm de ser levados em consideração, a chave da longevidade está em manter uma dieta saudável e praticar exercícios regularmente por pelo menos 30 minutos diários. ■

Assim como os alimentos bons ajudam a manter a saúde, outros têm efeito contrário e contribuem para envelhecimento e doenças

DICAS PARA UMA VIDA SAUDÁVEL

- Mantenha uma alimentação balanceada. Prefira frutas, verduras e cereais integrais.
- Evite excesso de sal, de açúcar branco e farinha branca.
- Mastigue bem os alimentos e use fio dental.
- Tenha sono regular e de boa qualidade. Procure acordar e dormir em horários regulares.
- Evite bebidas calóricas como refrigerantes e álcool.
- Pratique atividade física por pelo menos meia-hora por dia.
- Diminua as porções dos alimentos e coma quatro a cinco vezes ao dia.
- Beba pelo menos 1 litro e meio de água todos os dias. Um copo de água em jejum é muito benéfico.





Brasil envelhece sem dar atenção à saúde do idoso

Apesar da criação de políticas públicas voltadas para a terceira idade, Estado não proporciona atendimento e acompanhamento adequado a essa faixa etária

► Carla Lisboa

O Brasil está envelhecendo. Em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tinha 20,6 milhões de idosos (10,8% do total da população). A projeção do órgão é de que em 2060 esse número saltará para 58,4 milhões (26,7% do total). Estudos analíticos explicam esse fenômeno: por um lado, a taxa de fecundidade caiu de 6,2 filhos, nos anos 1960, para 1,77 no ano passado. Por outro lado, a melhoria da qualidade de vida ampliou a expectativa de vida dos brasileiros para 73,9 anos.

Vários fatores contribuíram para aumentar a longevidade dos brasileiros, como a melhoria das condições sanitárias, o surgimento de novas vacinas e antibióticos e o aumento dos investimentos nos serviços de saúde. A boa notícia é que, segundo o IBGE, a expectativa de vida dos brasileiros deverá chegar a 81 anos em 2060. A má notícia: apesar das políticas públicas de proteção aos idosos criadas nos últimos anos, como o Estatuto do Idoso e o Pacto pela Vida, o Brasil ainda não oferece às pessoas da terceira idade uma assistência adequada na área de saúde.

Essa foi a conclusão a que chegaram os participantes do 9º Congresso Nacional de Epidemiologia, realizado em Vitória (ES) em setembro deste ano. Durante o evento, dezenas de especialistas da área de saúde pública debateram os desafios do envelhecimento e as possíveis soluções para mudar o quadro atual. Segundo dados do Ministério da Saúde, 25% dos idosos do país necessitam de cuidados de longa duração. Desses, 20% têm alguma dificuldade funcional, 4% estão acamados e 1% mora em instituições de longa permanência, como os asilos.

Dona Iraci Mendonça, 84 anos, moradora do Setor Sudoeste, em Brasília, diariamente vai ao parque do bairro em uma cadeira de rodas, levada por uma cuidadora. A filha, Ieda, conta que a família gasta por mês R\$ 3 mil com o salário da ajudante. “Não posso colocar minha mãe em um asilo, pois sei que no Brasil asilos são depósitos de velhos. Lá ela não teria acompanhamento de saúde e nem o carinho da gente. Fico



“ Precisamos mudar a lógica da política de assistência social e de saúde pensando nisso: que vamos ter uma população mais envelhecida, mais dependente, que precisará de cuidado ”

Yeda Duarte, professora da USP

imaginando as famílias que não têm condições de pagar uma cuidadora”.

Yeda Duarte, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), observa que são justamente esses idosos que apresentam problemas sérios de saúde. E os que mais sofrem são os que moram em instituições e seus familiares, pois não há no Brasil políticas públicas de cuidados de longa duração. Ela salienta que não é preciso criar novas leis para atender a terceira idade. Basta executar as que já existem, o que em geral não ocorre.

“Criar uma política de cuidados de longa duração tem sido uma discussão grande em nível nacional. Precisamos mudar a lógica da política de assistência social e de saúde pensando nisso: que vamos ter uma



“ As pessoas não frequentam a unidade básica. Você não provê a essas pessoas um atendimento básico antes de precisarem do hospital ”

Maria Lúcia Lebrão, pesquisadora da USP

população mais envelhecida, mais dependente, que precisará de cuidado, e como é que vamos fazer isso. Por outro lado, temos de trabalhar toda uma questão do envelhecer melhor, de alcançar uma velhice mais longa em melhores condições”, afirmou. Segundo ela, os programas à saúde devem começar mais cedo, mudando a consciência da população para mostrar que ela vai viver muito e precisa se cuidar.

EXPERIÊNCIA

Durante o 9º Congresso Nacional de Epidemiologia foi apresentada uma experiência que está sendo realizada com sucesso em São Paulo e em outras três cidades do interior do estado. Foi criado um programa de acompanhantes de idosos, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, totalmente financiado pelo poder público, fornecendo cuidadores

para atender idosos que moram sozinhos e não têm quem os ajude. Yeda Duarte acredita que isso muda a lógica da assistência à saúde.

Outra pesquisadora da USP, Maria Lúcia Lebrão, falou da necessidade de se investir mais no atendimento primário da saúde, prevenindo e monitorando as doenças crônicas, o que pode evitar futuras internações. Esse procedimento é mais barato para o sistema de saúde. “As pessoas não frequentam a unidade básica. Você não provê a essas pessoas um atendimento básico antes de precisarem do hospital. É tudo relegado ao segundo plano, e quando se fica doente acaba tendo que ir para o hospital. O hospital é caro e é um sistema que o SUS não vai suportar”, diz.

Depois de passar por péssimas experiências no Hospital do Gama, cidade-satélite de Brasília, onde mora, a dona de casa Helena Dantas, 62 anos, optou por fazer um plano de saúde, mesmo sabendo que isso pesaria no orçamento da família. Ela diz que o sistema público ainda tem muito que melhorar para que os idosos não sejam reféns do sistema particular. “Acho que deveria haver mais médicos. Porque geralmente nos postos de saúde tem pouco médico. Também acho que as enfermeiras deveriam ser mais atenciosas, principalmente com os idosos. Em primeiro lugar está a saúde”.

NOVO OLHAR

O médico João Freire Bastos Neto, presidente nacional da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, pensa diferente: ele acha que o Brasil é o país com as melhores políticas públicas do mundo. O que falta, segundo ele, é mão de obra para executá-las e vontade política dos gestores públicos para colocá-las em funcionamento. Bastos lembra que em 1999 o Brasil adotou a Política Nacional de Saúde do Idoso. E algumas portarias aprimoraram as políticas públicas em 2006. “São políticas bem desenhadas, bem definidas, da mais alta qualidade em termos de ideias, conceitos e definições, porém falta serem realmente aplicadas”.

Algumas razões, segundo o médico, explicam a falta de aplicação dessas iniciativas: desconhecimento da política, escassez de pessoas para implantá-las, de profissionais capacitados e até a vontade de executá-las. “Acho que o principal motivo ainda é a vontade de fazer. O que falta no Brasil não são políticas públicas voltadas para a saúde do idoso, o que falta é a vontade do gestor de encarar isso de uma forma prioritária”, avalia.

Bastos acredita que a saúde pública de uma maneira geral está deixando a desejar em todos os níveis, independentemente de grupos populacionais. E quando se fala de terceira idade, está-se falando de uma população que ainda não tem processos muito bem definidos, não tem profissionais capacitados ou em número adequado em saúde do idoso. “É por isso que a gente considera que a saúde pública, com o olhar para o idoso, está ainda mais deficitária. E a gente precisa ter uma estrutura mais adequada para atender a essa demanda nova da população”, aponta o médico.

Ele destaca outro aspecto que precisa ser considerado em termos de estrutura e concepção do modelo brasileiro de saúde, o que o torna ultrapassado do ponto de vista do envelhecimento da população: “É que as doenças que antes causavam maiores acometimentos da população eram as infecciosas. A pessoa não se curava, ia a óbito. Tínhamos uma expectativa de vida menor. Hoje não. A gente está com pessoas vivendo mais tempo e portando doenças que, muitas vezes, não têm cura, mas existe um controle, um acompanhamento, uma estrutura para que essa pessoa mantenha uma qualidade de saúde. O problema é que os nossos sistemas de atendimento ainda estão muito focados no cuidado agudo”.

Para o médico, a saúde do idoso somente será boa quando for boa para todas as idades também. “Nunca vai ser uma saúde boa se a gente pensar só para o idoso. A gente precisa entender que todo o sistema de saúde tem de ser bom para a criança, o idoso, o adulto, a mulher. Então, hoje, se olharmos de uma forma mais crítica, veremos que não está bom para ninguém. Está



“ O que falta no Brasil não são políticas públicas voltadas para a saúde do idoso, o que falta é a vontade do gestor de encarar isso de uma forma prioritária ”

João Freire Bastos, médico

um caos”, observa o médico, referindo-se à falta de profissionais, de equipamentos e de investimentos na saúde pública.

ESTATUTO

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) tem criticado a demora do Congresso Nacional em regulamentar determinadas disposições previstas no Estatuto do Idoso, as quais garantem, efetivamente, o exercício de certos direitos. “É lamentável que uma lei que está em vigor desde 2004 tenha, até hoje, várias nuances que não foram atendidas e cobertas”, queixa-se. Ele também critica as falhas na execução das políticas públicas. “Falta política pública voltada para geriatria e gerontologia, prevista no Estatuto do Idoso, mas com poucos exemplos e práticas realizados”, observa o parlamentar. ■

A Veneza brasileira

Quem gosta de praia, cultura e história tem destino certo: Recife. Cidade tem atrações para todos os gostos e idades

▶ Carla Lisboa



Uma das cidades mais antigas do Brasil, Recife é um lugar apaixonante. O nome da capital pernambucana tem origem nos arrecifes – rochedos de coral e arenito – que formam uma muralha natural em seu litoral. Conhecida como a Veneza brasileira, devido à semelhança com a cidade italiana, está situada sobre ilhas, penínsulas, alagados e manguezais entre os rios Beberibe, Capibaribe, Tejiptió e braços do Jaboatão e do Pirapama, com dezenas de pontes, como a Maurício de Nassau, a mais antiga do país.

Em 1537 a cidade era um pequeno povoado de pescadores. Só havia um porto e fortificações que a defendiam de ataques de piratas e invasores. A construção da cidade começou com a invasão dos holandeses, que permaneceram na região de 1630 a 1654. Passou a se chamar Nova Holanda. Na época foram construídas pontes, diques e canais, que transformaram o pequeno vilarejo em um moderno centro urbano.

Recife tem duas belas praias: Boa Viagem e a do Pina. As águas são mornas, especialmente no verão, e esverdeadas, o que torna impossível aos turistas resistir à tentação de um mergulho. Os coqueiros, à volta do litoral, proporcionam um belo pano de fundo para quem gosta de curtir o mar. Boa Viagem tem ótima estrutura: excelentes hotéis, restaurantes, quiosques, barracas e um calçadão bem movimentado.

Terceiro polo gastronômico do país, Recife oferece aos turistas restaurantes de alta categoria, com chefs de primeira linha, e comidas típicas de dar água na boca, como a carne de sol, o queijo coalho, o arrumadinho, o escondidinho, o sururu, a caldeirada, o cozido, o caldinho de peixe ou camarão, a peixada pernambucana, o chambaril, o charque à brejeira, o bredo de coco, o quibebe, a tapioca, o angu, o mungunzá salgado, o sarapatel, a buchada e o feijão de coco, entre outros. Na sobremesa, o turista se delicia com bolos como o de rolo, o

Souza Leão, o pé de moleque, a cartola, o nego bom e o sorvete de tapioca.

CULTURA

Berço de alguns dos artistas, escritores e músicos mais influentes do Brasil, Recife também se destaca pela vocação do povo para a alegria. Nada mais autêntico do que os carnavais de Olinda e Recife, considerados dos melhores do Brasil. O povo, numa alegria contagiante, cheio de irreverência, criatividade e alegria, diverte-se ao som do frevo, maracatu, ciranda, caboclinho, dos blocos centenários e das escolas de samba. Tudo ao ar livre, tendo como cenário os casarios e prédios históricos.

Recife é um dos maiores centros de produção artística do Nordeste. Além das manifestações musicais, como o coco, o baião e o forró, que consagraram o compositor Luiz Gonzaga, outros setores fazem parte da agenda cultural da cidade, como os festivais de cinema, de música, de circo, de dança e de teatro, que a projetam nacional e mundialmente.

Um passeio imperdível é a visita ao Museu Brennand, considerado um dos maiores do mundo. O museu integra o Instituto Ricardo Brennand. Réplica de um castelo medieval europeu, o instituto abriga





O povo, numa alegria contagiante, diverte-se ao som do frevo



A praia de Porto de Galinhas foi eleita a Melhor Praia do Brasil por dez vezes consecutivas pela Revista Viagem e Turismo da Editora Abril

armas e armaduras provenientes da Europa e da Ásia. Sua pinacoteca exhibe o maior acervo do pintor holandês Frans Post. Tem uma das cinco réplicas da estátua de David, de Michelangelo. Localizada em espaço privilegiado nos jardins, a escultura feita é rodeada por bancos, onde os visitantes podem se sentar e apreciar a paisagem da propriedade. Antes de David ocupar o lugar de destaque no jardim, a honra ficava com uma das 25 réplicas da obra O Pensador, do francês Auguste Rodin, utilizando molde do original.

Entre a escultura de David e um dos lagos artificiais da propriedade está a obra A Dama e o Cavalo, do colombiano Fernando Botero. A peça de bronze platinado tem posição de destaque entre similares feitas pela gaúcha Sonia Ebling, retratando rinocerontes, pássaros e felinos. Entre outras obras sobre o Brasil holandês, há ainda, na entrada da galeria, quatro tapeçarias feitas com desenhos de Albert Eckhout.

OLINDA

Quem vai ao Recife não pode deixar de conhecer Olinda, uma cidade cheia de encantos. Suas ladeiras,

tomadas por igrejas, ateliês e restaurantes, remetem a Portugal. Tombada como Patrimônio Cultural Mundial, Olinda apresenta belas construções, mirantes e galerias de arte. A cidade tem um belo pôr do sol. As missas cantadas por monges e freiras e os desfiles de blocos de maracatu nas tardes de domingo encantam os turistas. Olinda tem uma aparência bucólica e essa característica se estende aos bares e restaurantes que tomam a rua do Amparo, polo cultural da cidade.

PORTO DE GALINHAS

E para concluir o tour, vale a pena uma esticada a Porto de Galinhas, uma praia localizada no município de Ipojuca, a 60,7 quilômetros de Recife. Eleita a Melhor Praia do Brasil por dez vezes consecutivas pela Revista Viagem e Turismo da Editora Abril, conta com muitas piscinas de águas claras e mornas formadas entre corais, estuários, mangues, areia branca e coqueirais. A região é muito frequentada por turistas, atraídos pela beleza natural, e por surfistas de diversas nacionalidades. ■

Te cuida, Brasil!

► **Luiz Soares**

A população brasileira não tem a mínima ideia do quantitativo do volume de recursos a serem empregados em obras públicas como forma de atender ao clamor popular. É impressionante a índole do povo brasileiro quando se trata do uso de recursos públicos. De fato, muito pouco fica como critério de avaliação dos diversos dispêndios a serem realizados. Olha-se para uma placa – obrigatória – de um empreendimento público e muito pouco fica, como memória ativa, do custo e do prazo daquela obra.

A placa se transformou num simples símbolo de vaidade pessoal de cada administrador, para ser usada como pergaminho exitoso, num balanço criterioso das ações de muitos governantes, especialmente durante a fase de propaganda política. Esquecem-se os desavisados de que aquele recurso sai do nosso sangue, suor e muitas lágrimas, de cada um de nós consumidores otários.

A euforia começa desde o momento do lançamento da pedra fundamental. No palanque, o empurra-empurra é notório! Cada um dos detentores de cargos públicos, políticos, melhor dizendo, de vereador a presidente da República, esforça-se para deixar registrado o seu relinchar futurista. O povo vai ao delírio. Arenga e bate palmas, cutuca o vizinho, pede autógrafo, aproveita para cobrar algo que apenas lhe diz respeito. Um circo com C maiúsculo!

Mais recentemente o país vive entre a estupidez e a insensatez, ao tomar conhecimento de apenas um dos muitos escândalos que sujam a imagem de uma empresa genuinamente brasileira, qual seja, a Petrobras. Imagina se esse mesmo teor venha a estar ligado aos diversos fundos de pensões de muitas instituições, sem contar com muitas e muitas obras que estão sendo construídas com recursos públicos neste imenso Brasil.

Como aposentado, sofro as agruras de ver descontado – antes de receber de fato –, o famigerado índice do Imposto de Renda e, ainda, o do INSS. A tabela praticada assume

ares de roubo a céu aberto, em todos os dois casos. O pior é que a tabela não é corrigida para dar um pouco de ânimo aos aposentados. Taxar rendimento do trabalho como renda fere a dignidade humana. Enfim, cada vez mais o governo toma e em nada justifica frente aos índices negativos de creches, moradias, unidades de pronto-atendimento, ônibus escolar ou até mesmo na construção de unidades de segurança máxima.

No balanço atual, considerando apenas o resultado do valor desviado por apenas cinco que se ajustaram na condição de delatores, o valor a ser devolvido atinge, supostamente, a cifra de 423 milhões de reais. Talvez o valor pouco venha a impressionar ou, quem sabe, pudesse ser avaliado, conscientemente, do que ele realmente representa para cada um de nós, contribuintes e usuários do diesel, da gasolina e do gás de cozinha especialmente.

Quando se afirma, após as confissões de fraudes, sem paralelo em processos judiciais brasileiros, eis que podemos fazer a seguinte comparação, considerando os recursos que supostamente podem ser devolvidos: poderiam ser construídos mais de 200 km de ferrovia; mais de seis mil residências populares; aproximadamente 190 creches com boas acomodações; 290 Unidades de Pronto Atendimento (UPA); dois mil ônibus escolares e, aproximadamente, 250 unidades de segurança máxima, com capacidade para 100 presidiários cada.

Apesar de existirem diversos órgãos de controle, que comem do nosso trabalho, eles nada opinam ou exercem a obrigatoriedade de fiscalizar antes mesmo do roubo, como forma de valorizar o sacrifício dos que pagam os seus impostos. É preciso despertar desse sono maldito. Precisamos aprender a defender o patrimônio nacional. É preciso estar alerta contra os desmandos praticados contra a estabilidade da Nação; e, conseqüentemente, a honra do povo que vive o pior dos piores índices de carga tributária do planeta. Te cuida, Brasil!

Luiz Soares, associado da APSEF, é professor aposentado da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), engenheiro agrônomo e produtor de frutas irrigadas no município de Baraúna (RN).

RESULTADO DO CONCURSO DE POESIAS – APSEF 2014

1º LUGAR

LAMENTO DE UM SERVIDOR

Sou viúva de inativo
Só Deus sabe com eu vivo
Com meus proventos minguados
Mesmo pagos adiantados.
No dia do pagamento
Quando fecho o orçamento
Ainda devo uns trocados

Hoje não faço mais planos
Pois há mais de vinte anos
Eles vivem defasados

Não são atualizados
E a Presidente atual
Manda dizer que este mal
É dos governos passados

Não desconheço o passado
O servidor massacrado
Proventos diminuindo
Custo de vida subindo
Mas só para o servidor
Pois ministro e Senador
Estavam sempre sorrindo

Oh, Senhora Presidenta
Esta viúva sedenta
De justiça e compaixão
Lembra que na eleição

Ajudou a lhe eleger
E você prometeu rever
Sua minguada pensão

Quatro anos passados
Pensionistas e aposentados
Continuam a esperar
A Senhora lembrar
Promessa é pra ser cumprida
Para melhora da vida
De quem parou de sonhar

Se existe pensionista
Que vive muito otimista

E dar gritos de louvor
Meus gritos são de horror
Eu quero ver essa artista
Deve ser pensionista
De ministro ou Senador

Teresinha de Jesus Silva Andrade
Ministério dos Transportes
Teresina-PI



2º LUGAR

VER PROFUNDO

Eu ouvi certa vez um pessoa famosa e artista
Falando durante uma entrevista
Que quando criança e adolescente, na sua doçura
mocidade
Nunca ter encontrado a tal felicidade

Eu, homem de origem simples, me faço exceção
Sinto a paz que alegra meu coração
Quando me lembro dos bons momentos
Enquanto a vida me testa em tormentos

Agora que estou vivendo a terceira idade
Trago as lembranças do meu trabalho na construção
desta Cidade
Brasília, teve Dom Bosco num sonho exorbitante,
JK a fez sair do papel num instante
Tornou-se cinquentenária realidade
Eu ter sido Candango dessa história é sentir felicidade

Outro sacerdote de sonhos foi o padre Cícero do
Juazeiro
Representante de um povo sofrido e guerreiro
Anunciou em uma profecia:
“O Nordeste virará Sul”, ele via,
“Enquanto o Sul virará Nordeste”
Será que a falta d’água de agora no Sudeste
Já é o dito prenúncio do paulistano virar “Cabra da
Peste”?
Não vejo nisso qualquer conclusão
Felicidade é ver mais profundo, e aguardar por
redenção.

Natal da Silva
Ministério da Saúde
Taguatinga - DF



3º LUGAR

“REGENERATIO”

Toma uma ideia – apaga o teu cigarro:
Ama, sem seres amado aonde fores,
O amor é sândalo de eternas flores,
E que perfuma o lodacento barro!

Perlustra, amigo, a rota alcandorada,
No roteiro, que Cristo descortina;
Na estrada estreita, áspera e divina,
Embala a noite o berço da alvorada!

Sejas tu rico ou pobre, triste ou ledo,
Farpantes dúvidas mais tarde ou cedo
Serão chagas no seio da tua alma!

Purgas as arestas de teu ser profundo,
Se venceres, vencerás o mundo,
E, assim, terás da vitória a palma.

Dea Lidice Lemos Pinto
INSS
Goiânia – GO.

As obrigações do governo eleito

► **Gustavo Cerbasi**

No passado, historiadores, geógrafos e economistas dividiam a maior parte dos países entre primeiro mundo, segundo mundo e terceiro mundo. Mais recentemente, convencionou-se dividir o mundo em países desenvolvidos (ou ricos), países pobres (ou dependentes da ajuda dos ricos) e países em desenvolvimento. No Brasil, nos sentimos promovidos do terceiro lugar para a posição intermediária.

Essa promoção foi explorada pelos últimos governos como se estivessemos prestes a integrar uma elite privilegiada. Os indicadores econômicos recentes mostram que comemoramos cedo demais. A inflação latente, a queima de reservas internacionais e o fraco crescimento nos assombram, como há duas décadas. A economia brasileira fragilizada está exposta a humores eleitorais e a cenários externos.

A distância que temos dos países desenvolvidos sempre foi grande. Hoje aumenta por causa da perda de poder de consumo da população. A inflação volta a ser a vilã, uma vez que castiga mais as famílias de menor renda. Isso enfraquece as políticas de redução de desigualdade, aumenta a sede do governo por arrecadação e desestimula o investimento na produção.

Com menos investimento, a oferta de produtos e serviços diminui. Isso causa mais pressão sobre os preços. Esse cenário afugenta a moeda estrangeira, eleva o câmbio e aumenta ainda mais a inflação. Os parâmetros estão claros para o governo eleito. É evidente o que precisa ser feito. Riqueza e poupança se criam com educação e planejamento, com políticas que trazem resultados, muitas vezes durante o governo seguinte.

Para não perder o poder de consumo, as famílias precisam poupar. Não é algo fácil de estimular. Saímos recentemente de um período de políticas de estímulo à

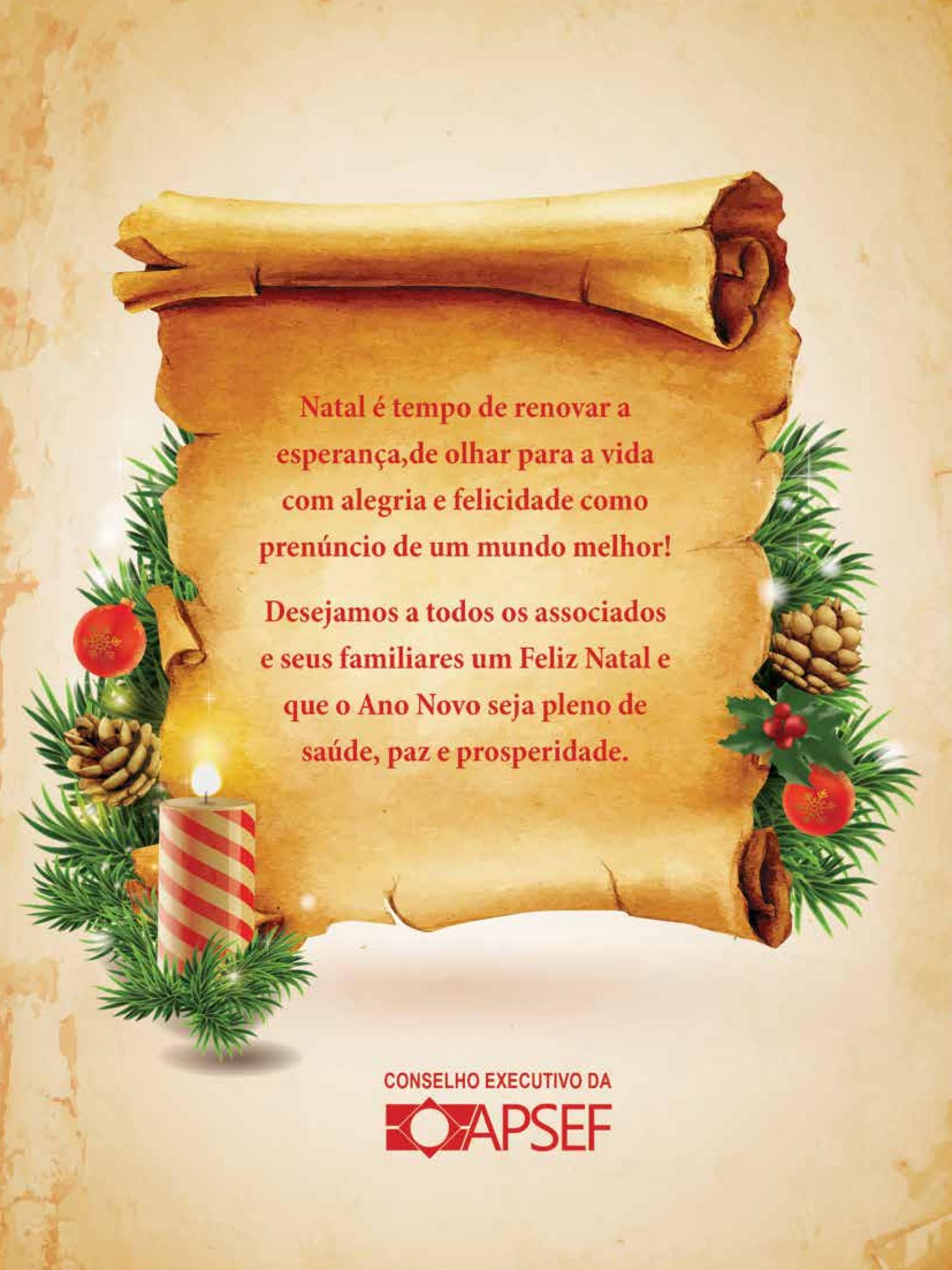


primeira casa, ao primeiro carro e às trocas constantes de eletrodomésticos. São conquistas de curto prazo, que se tornam dívidas impagáveis.

Populações de países ricos temem perder a riqueza que vem sendo construída há gerações. Por isso, se preocupam mais com o futuro e com a preservação do patrimônio. Populações de países pobres, ou em desenvolvimento, brigam pela sobrevivência e comemoram conquistas inéditas em bem-estar. Isso é bom, mas não é sustentável.

Crescimento não se faz com estímulo ao consumo, mas com estímulo à renda. Ela conduz a investimentos, à poupança, e gera ciclos de prosperidade mais estáveis. Renda se constrói com educação e tecnologia, dois setores em que o Brasil empacou. Se a mudança tem de começar agora, o caminho para que o país não deixe de estar em desenvolvimento é esse. ■

Gustavo Cerbasi é consultor financeiro. Artigo publicado no site www.maisdinheiro.com.br

A festive Christmas scene featuring a scroll with text, a lit candle, pinecones, and ornaments. The scroll is the central focus, with text in red. To the left, a lit candle with red and white stripes is surrounded by green pine branches and a pinecone. To the right, more pine branches, a pinecone, and red ornaments are visible. The background is a light, textured surface.

Natal é tempo de renovar a
esperança, de olhar para a vida
com alegria e felicidade como
prenúncio de um mundo melhor!

Desejamos a todos os associados
e seus familiares um Feliz Natal e
que o Ano Novo seja pleno de
saúde, paz e prosperidade.

CONSELHO EXECUTIVO DA



Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados

A APSEF oferece a você:

- Defesa intransigente dos direitos e interesses coletivos, em conformidade com a Constituição Federal e legislação vigente, mediante o exercício da representação
- Acompanhamento permanente da legislação para adoção de medidas administrativas e judiciais visando a preservação dos direitos dos associados e a garantia da paridade com os servidores em atividade
- Assistência à saúde, lazer, turismo e similares, por meio de convênios e parcerias firmadas
- Garantia da aplicação e revisão dos atos de aposentadorias e pensões decorrentes de legislação superveniente que propicie a melhoria dos proventos e pensões, na forma da lei, pelas vias administrativas e/ou judiciais
- Concursos e similares como incentivo à criatividade dos associados
- Divulgação de matérias, de caráter geral e específico, voltadas para o interesse e a atualização dos associados e da sociedade em geral, por meio eletrônico ou de periódico

ACESSE O NOSSO WEBSITE E ASSOCIE-SE!

WWW.APSEF.ORG.BR

SCN Qd. 01, Bloco F, Nº 79
Salas 1211/1213 – Edifício América Office Tower
Brasília/DF - CEP 70.711-905
Telefone: 0800 602 7171
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br

